

A CONTRIBUIÇÃO DA CORRELAÇÃO DE FORÇAS NO INTERIOR DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES NA CONSOLIDAÇÃO DA PERSPECTIVA EDUCACIONAL MARXIANA

LA CONTRIBUCIÓN DE LA CORRELACIÓN DE FUERZAS EN EL INTERIOR DE LA ASOCIACIÓN INTERNACIONAL DE LOS TRABAJADORES Y EN LA CONSOLIDACIÓN DE LA PERSPECTIVA EDUCACIONAL MARXIANA

THE CONTRIBUTION OF THE CORRELATION OF FORCES WITHIN THE WORKERS INTERNATIONAL ASSOCIATION IN THE CONSOLIDATION OF THE MARXIST EDUCATIONAL PERSPECTIVE

Francisco Gilson Rodrigues Oliveira¹

Resumo: O artigo analisa o impacto das tensões entre os comunistas e as outras correntes do movimento operário nos congressos da Associação Internacional dos Trabalhadores e na consolidação da perspectiva educacional marxiana. Recorre à literatura sobre a temática, aos documentos oficiais dos congressos e aos depoimentos de participantes para fundamentar a tese. Conclui que as correlações de força nesses congressos contribuíram sensivelmente para Marx amadurecer sua concepção de educação – ponto de chegada dos princípios educacionais que devem constar no programa de um partido operário.

Palavras-chave: Educação. Associação Internacional dos Trabalhadores. Anarcomutualismo.

Resumen: El artículo analiza el impacto de las tensiones entre comunistas y otras corrientes del movimiento operario en los congresos de la Asociación Internacional de los Trabajadores y en la consolidación de la perspectiva educacional marxiana. Investiga la literatura sobre la temática, los documentos oficiales de los congresos y las declaraciones de participantes para fundamentar la tesis. Concluye que las correlaciones de fuerza en esos congresos contribuyeron sensiblemente para Marx madurar su concepción de educación – punto de llegada de los principios educacionales que deben constar en el programa de un partido operario.

Palabras clave: Educación. Asociación Internacional de los Trabajadores. Anarco-mutualismo.

Abstract: The article analyses the impact of the tensions between the communists and other groups of the labor movement in the congresses of the Workers International Association and on the consolidation of Marxist educational perspective. It refers to literature on the subject, official documents from the congresses and their participants' statements to establish its thesis. It concludes that the force correlations in these congresses contributed sensibly for Marx to improve his conception of education – point of destination of the educational principles that must be a part of the labor party's agenda.

Keywords: Education. Workers International Association. Anarchic Mutualism.

Introdução

Ainda que a concepção de educação seja incipiente nas obras da juventude de Marx e Engels, nelas já estavam presentes a defesa da educação pública e gratuita e a proposição da politecnia, inspirada no trabalho industrial moderno. Demarcações que acompanharam a histórica tensão entre os comunistas e

as outras correntes do movimento operário no campo educacional; particularmente, em torno da escola pública, gratuita e obrigatória.

Este artigo analisa o ponto alto desse embate: os congressos da Associação Internacional dos Trabalhadores – AIT². E defende a ideia de que as discussões preparatórias e os debates no decorrer desses congressos foram fundamentais para Marx amadurecer o seu entendimento da educação voltada à emancipação da classe trabalhadora.

A AIT, fundada em 1864, tornou-se palco de um dos capítulos das divergências teóricas e práticas entre as correntes do socialismo nascente: mutualistas, anarco-coletivistas, comunistas, sociais democratas e reformistas³. As diversas propostas e as críticas mútuas ganharam expressão nos congressos da AIT, nos quais o debate sobre a educação, ainda que não fizesse parte dos grandes temas em discussão, abarcava três temáticas centrais: a instrução integral e a politecnia; o conteúdo racional e o papel da ciência na estrutura curricular da escola; a gestão e o controle da educação e a influência do Estado no processo educacional⁴.

A polêmica estava presente em todas elas, em especial, na terceira, cujo debate envolvia posições opostas: uns defendiam a completa ausência do Estado nas questões educacionais (mutualistas), enquanto outros defendiam a sua participação com restrições (comunistas), e um terceiro grupo defendia o controle do Estado sob a gestão da educação e da escola (socialdemocratas e reformistas).

As diferentes posições acima refletiam os conflitos ideopolíticos no interior da AIT e a coerência de cada grupo com os seus princípios programáticos. As correntes dominantes do movimento operário, cujas divergências pautavam os debates sobre educação no interior da *associação*, envolviam comunistas e mutualistas e, secundariamente, reformistas⁵. Portanto, as reflexões de Marx sobre a educação nesse período tiveram nessa correlação de forças a sua base de sustentação.

Marx, a educação e os mutualistas

Marx esteve junto da *associação* desde a sua fundação, quando foi indicado, com Engels, para elaborar os *Estatutos* e a *Declaração de Princípios*; além de ter escrito a *Mensagem Inaugural* de sua fundação⁶. Para Bottomore (1993, p. 195), esses documentos foram concebidos com o propósito de “[...] proporcionar as bases para a cooperação, tanto com os líderes liberais dos sindicatos ingleses, como com os adeptos de Proudhon, Mazzini e Lassale, na França, na Itália e na Alemanha”.

Marx adotou a mesma postura ao redigir as *Instruções para os delegados do Conselho Central Provisório a propósito de diversas questões* para o primeiro congresso da *associação*, em Genebra (1866). Em carta a Kugelmann, ele afirmou: “Limitei-o intencionalmente a pontos tais que permitissem aos operários imediato acordo e cooperação e dessem imediato alimento e ímpeto às necessidades da luta de classes e de organização dos operários em classe” (MARX, 1982, p. 453).

Ainda que disposto a buscar o consenso, o fato é que o conflito com os mutualistas foi inevitável. As discórdias envolviam, por exemplo, as questões sindicais ligadas à greve e a ênfase na revolução político-social, que sofriam forte oposição dos mutualistas, predominantes no congresso.

Apesar de maioria⁷, os seguidores de Proudhon fracassaram no confronto com algumas teses marxistas. Segundo as palavras do historiador anarquista Woodcock (2006, p. 11), foi o caso do combate a

[...] uma resolução marxista que, sob o pretexto de aprovar legislação para proteger o trabalho, sutilmente introduzia o conceito de “estado operário”, já que reivindicava que, “ao obrigar a adoção de tais leis, a classe trabalhadora não consolidaria o poder governante, mas, ao contrário, transformaria esse poder, que agora é usado contra ela, em seu próprio instrumento”⁸.

No entanto, naquilo que nos interessa diretamente, a educação, esta estava subordinada à discussão do trabalho das crianças e dos adolescentes na indústria. Nesse caso, os mutualistas focaram a sua oposição na introdução do conceito de “estado operário”, incorporado no documento; entretanto, foram votos vencidos, como já salientamos nas palavras de Woodcock. O debate educacional e as discordâncias de concepções de educação entre as várias correntes do movimento operário, ainda que contundentes, foram secundarizados no congresso.

Além dessa subordinação à temática do trabalho da criança e do adolescente, a concepção de educação desenhada nas *Instruções* abria brechas a interpretações ambíguas. Atribuir ao Estado responsabilidade de criar leis que protegessem as crianças e os adolescentes do trabalho na fábrica admitia a dedução de que a educação seria uma dessas políticas; porém, a não explicitação da responsabilidade do Estado no corpo do texto das *Instruções* permitia, também, a interpretação de que a educação estaria livre de ser conduzida pelo Estado.

Ainda mais se levarmos em consideração a sugestão de Marx (1978, p. 223) de que “Os custos destas escolas politécnicas devem ser em parte cobertos pela venda das suas próprias produções”. Assim, as referências à educação no texto, por si só, não eram suficientes para incomodar os mutualistas.

Ao mesmo tempo em que Marx aprofundou a referência do *Manifesto Comunista* sobre a relação entre instrução e trabalho produtivo, incorporou subordinadamente a concepção proudhoniana de politécnica⁹. Eliminou dela a referência ao trabalho prático manual do artesão como princípio educativo, substituindo-o pelo trabalho industrial moderno, e avançou para além da soma de tarefas a que aludia a visão de instrução em Proudhon. As *Instruções* (MARX; 1978, p. 223):

Por educação, entendemos três coisas:

1. Educação *intelectual*;
2. Educação *corporal*, tal como é produzida pelos exercícios de ginástica e militares;
3. Educação *tecnológica*, abrangendo os princípios gerais e científicos de todos os processos de produção, e ao mesmo tempo iniciando as crianças e os adolescentes na manipulação dos instrumentos elementares de todos os ramos de indústria.

À divisão das crianças e dos adolescentes em três categorias, de 9 a 18 anos¹⁰, deve corresponder um curso graduado e progressivo para a sua educação intelectual, corporal e politécnica. (grifos do autor)

Parece que Marx, propositalmente, não quis colocar em risco a aprovação de um programa mínimo, capaz de aglutinar as diferentes correntes ideológicas que compunham a AIT. Talvez por isso tenha tido o cuidado de se abster de reforçar o caráter público e gratuito da educação, ciente que estava da força e da influência das ideias de Proudhon sobre a delegação francesa. Portanto, não foi por acaso que, nas discussões oficiais e no que foi oficialmente aprovado, não houve contestações sobre a educação apresentada nas *Instruções*.

Basta consultar o documento enviado antecipadamente pela delegação francesa à assembleia – *Instrução, educação, família* – para perceber o potencial conflituoso entre as duas correntes. Apresentado em duas versões, a majoritária¹¹, visivelmente apoiada em Proudhon, declarava-se contrária à instrução pública, gratuita e obrigatória.

Segundo o historiador francês S. Froumov (apud, MELO, 2011, p. 121), nos registros da seção francesa da associação, o representante proudhoniano “defendeu ‘a educação familiar [...]’. Os pais são livres para resolver a questão da educação; eles escolherão um instrutor e irão pagá-los. Portanto, não podemos aceitar a instrução gratuita e obrigatória”. Além de argumentarem que o Estado não garantiria a instrução conveniente, a união entre ensino teórico e formação profissional, e imporiam um programa único de ensino, sem respeitar as diferenças individuais e a diversidade entre os grupos sociais (NOGUEIRA, 1990).

No ano seguinte, no Congresso de Lausanne (1867), a educação fez parte de uma lista de temas¹² que nortearam as discussões. A educação aparecia junto com a discussão sobre o papel de homens e mulheres na sociedade. Dividida a lista de temas em comissões, cada uma produziu um relatório.

O relatório do grupo, composto por cinco pessoas, defendeu a educação gratuita, obrigatória e estatal, e, ambigualmente, apontou a incapacidade do Estado em garantir a educação que interessa aos trabalhadores, concluindo que “[...] a liberdade de ensino é vital para os trabalhadores, posto que a organização da instrução que eles reivindicam (científica e profissional), isto é, a organização da ‘escola-oficina’, só pode provir da sua própria iniciativa e da sua cooperação” (NOGUEIRA; 1990, p. 189).

Ainda assim, o relatório recebeu severas críticas dos mutualistas; particularmente, no que se refere ao que restou na proposta da intervenção estatal e da gratuidade da educação. Incluíram uma emenda restringindo a atuação do Estado aos casos em que o pai estivesse “impossibilitado de cumprir com seu dever”.

Portanto, o congresso aprovou a obrigatoriedade do ensino, mas o considerou um direito da família, e limitou a gratuidade aos casos em que os pais não pudessem pagar. Frente a essas restrições, assim ficou a posição oficial do Congresso de Lausanne (1867) sobre a educação:

1. Ensino científico, profissional e produtivo. Estado de um programa de ensino integral.
2. Organização da escola oficina.
3. Considerando que a expressão ensino gratuito é um contrassenso, visto que o imposto cobrado dos cidadãos cobre os gastos; mas que o ensino é indispensável, e que nenhum pai de família tem o direito de privar seus filhos dele, o Congresso só concede ao Estado o direito de substituir-se ao pai de família quando este estiver impotente para cumprir com seu dever. De qualquer forma, todo ensino religioso deve ser afastado do programa. (GUILLAUME, 2009, p. 99)

Desse modo, a ambiguidade e as tensões do Congresso de Genebra (1866), que permaneceram latentes e, apenas, subentendidas nas resoluções, em Lausanne foram declaradas nos documentos oficiais da *associação*. Ainda que sejam citados elementos da politecnia, o foco do documento são a liberdade de ensino da família e a limitação severa da atuação do Estado, expressões nítidas da concepção de educação dos mutualistas, em detrimento da educação pensada por Marx.

No ano seguinte, no Congresso de Bruxelas, manteve-se a tensão entre as posições divergentes sobre a educação pública, gratuita e obrigatória. Em resposta ao item inserido na pauta desse congresso referente à educação integral, foram encaminhados e apresentados diferentes relatórios. Basicamente, usavam os mesmos argumentos dos congressos anteriores para defender ou para atacar a ideia de uma educação pública, gratuita e obrigatória.

Mesmo com algumas intervenções de crítica aos riscos do controle estatal sobre o ensino, não despertaram vivos debates. Diante de um possível impasse, adiou-se o exame das questões relativas à educação para o congresso do ano seguinte, em Basileia (1869).

Não há registros de intervenção de Marx no debate educacional nos congressos de Lausanne (1867) e de Bruxelas (1868). O débito de não ter enfrentado frontalmente a questão central dos debates no âmbito dos congressos da *associação*, a gestão e o controle da educação, certamente contribuiu para fortalecimento dos mutualistas.

A intervenção de Marx na temática da instrução nos debates preliminares do Congresso de Basileia (1869) foi uma tentativa de superar, nesse ponto, as posições antiestatais dos mutualistas, que argumentavam basicamente acerca da incapacidade do Estado de garantir aos trabalhadores a educação que estes necessitam e do caráter prejudicial da educação estatal para a formação do ser humano.

A intervenção de Marx nesse ponto não esconde, ainda que demarque claramente a distância com os mutualistas, as suas desconfianças com a educação sob a tutela do Estado¹³. No entanto, mesmo evidentes, elas não inibem a sua defesa da educação pública, gratuita e obrigatória. Ele reconhece que os congressos anteriores da AIT já evidenciaram a questão controversa e ainda em aberto de saber se o ensino deveria ser estatal ou privado. Diante dela, posicionou-se diferenciando controle estatal de intervenção governamental.

Diz Marx (1978, p. 224): “Entende-se por ensino estatal aquele que se efetua sob o controle do Estado; todavia, a intervenção do Estado não é absolutamente indispensável”. Continua ele: “O ensino pode ser etático sem se encontrar sob o controle do governo. O governo poderia nomear os inspetores, cujo dever seria zelar pelo respeito da lei, sem terem o direito de se imiscuir no ensino” (p. 225).

Acrescenta a obrigatoriedade¹⁴ e a gratuidade do ensino¹⁵ como bases da educação que interessa à classe trabalhadora. Cita o caso de dois estados estadunidenses para mostrar que é possível uma educação estatal sem intervenção ideopolítica do Estado, gratuita e obrigatória.

No Massachusetts, cada municipalidade é obrigada a assegurar o ensino elementar para todas as crianças. Nas vilas com mais de 5.000 habitantes, devem existir escolas médias para a formação politécnica; nas cidades maiores, escolas superiores. O Estado contribui para o seu financiamento, mas muito modestamente. No Massachusetts, um oitavo dos impostos locais é gasto com o ensino; em Nova Iorque, um quinto. Os comitês de escola que gerem os estabelecimentos locais; nomeiam os professores e escolhem os livros escolares. A fraqueza do sistema americano reside no seu carácter local demasiado marcado, encontrando-se o ensino demasiado estreitamente ligado ao desenvolvimento cultural de cada região. Daqui a necessidade de reivindicar um controle central. A fiscalidade em proveito das escolas é obrigatória, mas não há obrigação escolar para as crianças. Tendo sido imposta a propriedade, os homens que pagam estes impostos desejam que o dinheiro seja empregado utilmente. (MARX, 1978, p. 224-225).

Na continuidade de sua argumentação, Marx ainda fez a defesa da formação politécnica – grosso modo, uma unanimidade no interior da AIT¹⁶ –, ratificada no Congresso de Genebra (1866). Defendidas em reunião do Conselho Geral da AIT em Londres, preparatória para o congresso, as teses de Marx prevaleceram, mesmo com a sua ausência em Basileia (1869). Como nos faz perceber Melo (2011, p. 24), mesmo atribuindo aos militantes que defenderam a proposta a primazia do feito.

A problemática educacional discutida no 4º Congresso da AIT – realizado na Basileia, em 1869 – teve como grande referência a plataforma dos candidatos filiados à *Internacional* nas eleições francesas, tendo à frente Eugène Varlin. Tal propositura lançada no manifesto de maio compreendia “ensino laico e integral, obrigatório para todos e a cargo da nação; mais alimentos para as crianças durante o período de estudos” [...]. Desse modo, *no encontro de Basileia, teve-se a afirmação do ensino público e obrigatório na pauta de reivindicação do movimento dos trabalhadores* [...]. (grifos nossos)

Mesmo com Bakunin já presente no Congresso de Basileia como membro efetivo da AIT e tendo acabado de produzir artigos sobre a educação na perspectiva anarquista, o debate sobre a educação passou ileso às divergências às anarquistas; prevalecendo a defesa do ensino público, gratuito, laico e obrigatório.

Parece que os anarquistas, talvez pelo enfraquecimento dos mutualistas, secundarizaram o debate sobre os pontos de discordância com os comunistas – a negação da gratuidade, da presença do Estado na instrução e a obrigatoriedade. O fato é que, depois dessa resolução, a educação deixou de ser um debate no seio da *associação*; provavelmente, pela crescente tensão entre os bakunianos e marxistas, que orientaram a discussão para outros pontos considerados centrais no debate sobre o futuro do movimento operário internacional.

O ponto de chegada: os princípios educacionais de um partido operário

Os congressos da AIT foram o terreno político no qual Marx solidificou seu pensamento educacional voltado à emancipação da classe trabalhadora. Marx consolida a defesa da democratização do conhecimento, o que ele chama de educação intelectual; fortalece a politecnia fundada no trabalho industrial moderno, e, em consequência, a omnilateralidade.

E, por fim, a sua intervenção na temática da instrução nos debates preliminares do Congresso de Basileia (1869), além de contribuir para a superação das teses antiestatais dos mutualistas, consolidou a defesa da educação pública, gratuita, obrigatória e financiada pelo Estado, mas controlada organicamente e pedagogicamente pela classe trabalhadora. Estavam, portanto, firmados os princípios da concepção educacional marxiana e de um programa educacional, eminentemente, comunista.

No que se refere à educação, são esses os pontos que Marx cobrará de qualquer partido operário. Por isto, exorta que o programa do futuro partido operário alemão avance muito além da defesa do “Ensino público comum e igual pelo Estado. Obrigatoriedade geral de ensino e instrução gratuita” (MARX, 1984, p. 21). Pois isso a burguesia é capaz de fazer e já faz.

Na *Crítica do Programa de Gotha*, ele aponta a necessidade de o operariado organizado lutar por uma educação pública, obrigatória, gratuita e sob o controle dos trabalhadores como um dos meios de

educar o Estado: “é o Estado [...] quem tem necessidade de ser educado pelo povo, com energia” (MARX, 1984, p. 21). O embate volta-se, então, para a disputa com a burguesia sobre a educação pública que atende aos interesses dos operários e de seus filhos.

Desse modo, Marx indicou na *Crítica do Programa de Gotha* os rumos das novas batalhas do operariado contra a burguesia, diante das primeiras experiências de reformulação do Estado iniciadas por ela. Embrionariamente, apontou a necessidade de se disputar nas trincheiras da sociedade civil uma outra hegemonia no interior do Estado, sendo a educação escolar parte orgânica dessa disputa.

Marx defendeu que uma escola capaz de emancipar os filhos dos trabalhadores da alienação burguesa, além de pública, gratuita e obrigatória, deveria exigir sua independência frente à influência do próprio Estado e da igreja; o controle organizacional e pedagógico nas mãos dos trabalhadores; a distribuição democrática do conhecimento; e a unidade formativa entre trabalho intelectual, trabalho manual e educação física.

Referências

- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.
- GUILLAUME, James. *A Internacional*. Documentos e recordações 1. São Paulo: Imaginário, 2009.
- MANACORDA, Mário Alighiero. *Marx e a pedagogia moderna*. Campinas: Alínea, 2007.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988 (Clássicos do Pensamento Político).
- MARX, Karl. Carta a Ludwig Kugelmann (09 de outubro de 1866). In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas* (tomo II). Lisboa: Edições Progresso, 1982.
- MARX, Karl. *Crítica do programa de Gotha*. Rio de Janeiro: Livraria Ciência e Paz, 1984.
- MARX, Karl. Instruções para os delegados do Conselho Central Provisório a propósito de diversas questões (extracto). In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Crítica da educação e do ensino*. Lisboa: Moraes Editora, 1978.
- MARX, Karl. *O capital*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, Livro primeiro, v. 1, tomo II, 1988.
- MARX, Karl. *Obras escolhidas* (tomo II). Lisboa: Edições Progresso, 1982.
- MELO, Wanderson Fabio de. A Comuna de Paris e a educação: luta dos trabalhadores e o ensino na perspectiva da humanidade social. In: *História Revista – Revista da Faculdade de História e Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia*, v. 16, n. 2, p. 113-135, jul./dez. 2011.
- NOGUEIRA, Maria Alice. *Educação, saber e produção em Marx e Engels*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1990.
- ROMANI, Carlos. *Entre Marx e Bakunin*. Caminhos e descaminhos da AIT, a Associação Internacional dos trabalhadores. 2011. Disponível em: <http://www.academia.edu/2224650/Entre_Marx_a_Bakunin._Caminhos_e_descaminhos_da_AIT_a_Associacao_Internacional_dos_Trabalhadores#>. Acesso em: 11 maio 2018.
- WOODCOCK, George. *História das Ideias e Movimentos Anarquistas – v. 2: o movimento*. Porto Alegre: L&M, 2006.

Notas

¹ Faculdade de Formação de Professores / Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Email: 17sobrado@bol.com.br

- ² Antes da sua cisão, em 1872, a associação realizou cinco congressos: Genebra (1866); Lausanne (1867); Bruxelas (1868), Basileia (1869) e Haia (1872).
- ³ Participavam da AIT sindicalistas ingleses, proudhonianos franceses, blanquistas, republicanos italianos, democratas radicais, comunistas e anarquistas libertários de diferentes nações. Para Romani (2011, p. 04-05), estas seriam as correntes no interior da associação: “a) *mutualistas proudhonianos*. Os trabalhadores franceses, na maior parte, seguidores das ideias de Proudhon e de seu modelo de anarquismo ‘mutualista’, defendiam uma proposta de organização econômica baseada numa federação de pequenos produtores em cooperativas. Essa tendência começaria a perder significativamente espaço a partir de 1868, no Congresso de Bruxelas. b) *socialdemocratas* e reformistas. Os antigos trabalhadores alemães herdeiros da Liga dos comunistas defendiam a manutenção da propriedade individual e a utilização da política parlamentar como meio para organizar a luta dos trabalhadores. Por outro lado, os trabalhadores ingleses, que haviam sido anteriormente a linha de frente da luta sindicalista adotavam posições cada vez mais reformistas. c) *comunistas e coletivistas*. Reunia inicialmente os marxistas e também os blanquistas (comunistas franceses seguidores de Auguste Blanqui) que defendiam a supressão da propriedade privada e a revolução social armada. Ambos diferiam na estratégia: enquanto os marxistas queriam o Partido Comunista como o instrumento para a condução da mudança, os blanquistas, herdeiros da tradição de luta nas barricadas de rua, praticavam a ação direta e não parlamentar. Ambos os grupos, aproximavam-se na crença de que o poder conquistado após a revolução deveria ser mantido por uma ditadura dirigida pelos próprios trabalhadores” (grifos nossos).
- ⁴ “1) a ‘instrução integral’: aquela que visa o desenvolvimento harmonioso de todas as faculdades do indivíduo, intelectuais bem como manuais; 2) o conteúdo ‘racional’ dos estudos: fundado sobre as ‘ciências positivas’ cujo caráter de expressão da verdade (susceptível de ser demonstrada experimentalmente) seria indiscutível e emancipado da tutela religiosa; 3) o problema da gestão e do controle do ensino: organizado na esfera do Estado, enquanto um serviço público, ou deixado a critério e à iniciativa da família” (NOGUEIRA, 1990, p. 186).
- ⁵ A partir do Congresso de Basileia (1869), os comunistas, sob a liderança de Marx e Engels e dos blanquistas, enfrentaram os anarcocoletivistas, liderados por Bakunin. Mas o debate educacional já não fazia parte da pauta; portanto, esse conflito não nos interessa.
- ⁶ Para consultar esses documentos, ver Marx e Engels (1982).
- ⁷ Basicamente, esta maioria Proudhoniana no Congresso conseguiu apenas uma vitória significativa: “[...] aprovar uma resolução para o estabelecimento de um banco de crédito mútuo, [...] garantindo a sanção para a promoção de sociedades cooperativas de produtores como parte vital da luta geral pela liberdade dos trabalhadores” (WOODCOCK, 2006, p. 11).
- ⁸ A resolução: “[...] as crianças e os adolescentes devem ser preservados dos efeitos destruidores do sistema actual. Isto só pode realizar-se pela transformação da razão social em força social e, nas circunstâncias presentes só podemos fazê-lo por meio das leis gerais impostas pelo poder do Estado. Ao impor tais leis, as classes operárias não fortalecerão o poder governamental. Pelo contrário, transformariam o poder dirigido contra elas em sua agente. O proletariado fará então, por uma medida geral, o que tentaria em vão realizar por uma multitude de esforços individuais” (MARX, 1978, p. 223).
- ⁹ Por essa mesma época, Marx trabalhava na revisão do volume I d’O *Capital* (Ver MANACORDA, 2007, p. 191, nota 8). Nessa obra, Marx (1988, p. 85) atribui a Owen o germe da unidade entre instrução e trabalho produtivo: “Do sistema fabril, como se pode ver detalhadamente em Robert Owen, brotou o germe da educação do futuro, que há de conjugar, para todas as crianças acima de certa idade, trabalho produtivo com ensino e ginástica, não só como um método de elevar a produção social, mas como o único método de produzir seres humanos desenvolvidos em todas as dimensões”
- ¹⁰ Marx defendeu que toda criança, a partir dos nove anos, deveria ser um trabalhador produtivo; mas que esse trabalho deveria unir mão e cérebro e ser dividido em três faixas etárias: “A primeira compreende as crianças de 9 a 12 anos; a segunda, as de 13 a 15 anos; a terceira, as de 16 e 17 anos. Propomos que o emprego da primeira categoria, em qualquer trabalho, na fábrica ou ao domicílio, seja legalmente restringido a duas horas; a segunda, a *quatro* horas, e o da terceira a *seis* horas. Para a terceira categoria, deve haver uma interrupção de uma hora, pelo menos, para a refeição e o recreio” (MARX, 1978, p. 222, grifos do autor).
- ¹¹ Muito próximo do que foi aprovado no Congresso, a minoria falava em uma educação gratuita e obrigatória, sob o controle da sociedade, e sem o monopólio do Estado; rejeitava a tese do direito da família sob a educação do filho e defendia o estabelecimento de um controle da sociedade sobre o ensino. (Nogueira, 1990).
- ¹² “1ª – Quais são os meios práticos para um centro comum internacional de ação da classe obreira na luta para se libertar do capital; 2ª – Como as classes obreiras podem por si mesmas utilizar para sua emancipação o crédito? – Crédito e bancos populares – moeda e papel moeda – segurança mútua – sociedades obreiras; 3ª – Os esforços feitos hoje pelas associações para emancipação do Quarto Estado (classes obreiras não podem ter por resultado a criação de um Quinto Estado, situação que será muito mais miserável ainda – a mutualidade ou reciprocidade considerada como base das relações sociais – equivalência de funções, solidariedade e sociedade obreiras); 4ª – Trabalho e capital – desemprego – as máquinas e seus efeitos – redução de horas de trabalho – transformação e extinção do salário e repartição dos produtos; 5ª – Funções sociais – o papel do homem e da mulher na sociedade – educação das crianças – ensino integral e liberdade de ensino; 6ª – definição do papel do Estado – serviços públicos – interesses coletivos e individuais – o Estado considerado como justo e guardião dos contratos. Direito de punir; 7ª – A privação das liberdades políticas; 8ª – Mensagem coletiva para o Congresso da Paz de Genova da parte dos trabalhadores [...]” (GUILLAUME, 2009, p. 34-35).
- ¹³ Segundo Nogueira (1990, p. 193), “Sobre este ponto particular, pode-se portanto dizer que Marx compartilha com os seus adversários (proudhonianos) em outros assuntos, de um certo ceticismo quanto às possibilidades objetivas da máquina governamental – tal como se estrutura na sociedade do capital – de organizar e de gerir o sistema escolar em benefício da classe operária”.
- ¹⁴ “O congresso pode decidir, sem a mínima hesitação, que o ensino deve ser obrigatório.” (MARX, 1978, p. 225).

¹⁵ “Os proudhonianos afirmam que o ensino gratuito é um disparate, dado que o Estado deve pagar. É evidente que ou um ou outro tem de pagar, mas não devem ser aqueles que estão menos em estado de fazer.” (ibidem, p. 225).

¹⁶ Acrescentaríamos a defesa que ele faz de um currículo escolar limitado às disciplinas estritamente científicas, que não permitam interpretações de partido ou de classe. Diz Marx (1978, p. 226): “Nas escolas elementares, e mais ainda nas escolas superiores, não se deve autorizar disciplinas que admitam uma interpretação de partido ou de classe. Só se deve ensinar nas escolas matérias tais como a gramática, as ciências naturais. As regras gramaticais não mudam, quer seja um conservador clerical ou um livre pensador que as ensina. Matérias que admitem uma diversidade de conclusão não devem ser ensinadas nas escolas; os adultos podem ocupar-se disso sob a direção de uma professora tal como Mme. Law que faz conferências sobre a religião.”

Recebido em: 16/05/2018

Aprovado em: 29/05/2018